

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 25 SETEMBRO DE 2008

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----

-----**2. Fixação da Taxa da Derrama;**-----

-----**3. Repavimentação da Estrada do Tojal – Prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo nº 9015/001802/0019;**-----

-----**4. Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, relativo ao ano de 2007;**-----

-----**5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados/Falta Justificada – PPD/PSD); Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga / Falta Justificada - PPD/PSD); José Jorge Couto Vala (Falta Justificada - PPD/PSD), Olga Cristina Fino Silvestre – Falta injustificada – PPD/PSD).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves e Jorge Manuel Vieira Cardoso, e a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou verbal que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

-----Antes de se dar início aos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que iria ter lugar a entrega dos prémios referentes ao II Concurso Literário Jovem, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a explicar que este concurso se destinou aos alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico, e que teve por tema “Uma Aventura nas Serras de Aire e Candeeiros”, tendo sido recebidos vinte e dois trabalhos, dos quais o Júri, presidido pelo senhor Vereador Rui Neves e constituído pelos senhores – Dr.ª Margarida Vieira, Directora da Biblioteca Municipal de Porto de Mós, Professor do Ensino Secundário João Ribeiro, Professor do Ensino Básico Olegário Rodrigues, seleccionou nove (três de cada categoria). Deu depois os parabéns aos premiados e a todos aqueles que contribuíram para que a apresentação dos trabalhos se tornasse uma realidade, nomeadamente aos professores e aos encarregados de educação, que são parte integrantes da cerimónia de entrega de prémios que está aqui a ter lugar. Por se tratar de uma iniciativa do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Porto de Mós, passou então a palavra ao senhor Vereador Rui Neves, na qualidade de responsável pelo mesmo e que desde a primeira hora acompanhou todo o processo.-----

-----O senhor Vereador Rui Neves referiu que este concurso foi lançado no início do ano lectivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2007/2008, mas atendendo às datas estabelecidas na lei para a realização das sessões da Assembleia Municipal, só agora se procede à entrega dos prémios, por considerar ser este o local certo para o fazer.

Passou depois a fazer a chamada dos concorrentes premiados, começando pela **Categoria do 1º Ciclo:**

3º Classificado: Daniela Sofia Oliveira Vinagre;

2º Classificado: Gonçalo Ascenso Ferreira;

1º Classificado: Fernando Afonso Costa Ramos.

Categoria do 2º Ciclo:

3º Classificado: Marcos António Martins Bento;

2º Classificado: Neuza Cristina Conceição Martins;

1º Classificado: Adriana Rodrigues Carreira.

Categoria do 3º Ciclo:

3º Classificado: Salomé de Melo Jóia;

2º Classificado: Ana Marta Nogueira Agostinho;

1º Classificado: Beatriz Maria Lopes Custódio.

Prosseguindo os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, chamou para secretariar a Mesa, na falta da 1ª Secretária da mesma, António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa, eleito pelo Partido Socialista.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:

O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, que terminando disse que a documentação se encontrava arquivada nos serviços administrativos da Assembleia e disponível para consulta.

3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:

Foi posta a discussão a acta da sessão anterior, e não tendo havido pedidos de intervenção foi a mesma posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria com uma abstenção.**

Ainda antes de entrar no período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez uma declaração referente à antecipação da sessão da Assembleia para o dia de hoje, e que a seguir se transcreve:

DECLARAÇÃO

O início desta sessão da Assembleia Municipal foi alterada para o dia de hoje por decisão do Presidente da Assembleia Municipal.

Esta sessão foi agendada, inicialmente, em conversa telefónica com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para o dia 26 de Setembro, tendo o Presidente da AM assinado a respectiva convocatória a 12 de Setembro.

No passado dia 17 de Setembro o Sr. Presidente da Câmara contactou-me no sentido de podermos antecipar o início da presente sessão para o dia 25, ou seja, hoje, pois quando agendámos o dia 26, não se teria apercebido de outros compromissos que envolvem o Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal e para os quais, também, seriam convidados os membros desta AM.-----

-----*Ao Presidente da Assembleia Municipal, para além das funções que estão definidas na lei, deve ter, no meu entendimento, um papel de facilitador na relação institucional que deve existir entre os diversos órgãos autárquicos e não o papel de dificultar essa relação institucional, não obstante, todas as divergências políticas que possam existir.*-----

-----*O Presidente desta AM nunca pretendeu utilizar as suas funções, para dificultar, limitar ou complicar esta relação institucional e nunca sequer interveio em nenhuma das sessões para preservar o seu papel de garante desta relação.*-----

-----*Foi com base nestes princípios e depois de estar garantida legalmente a alteração do início desta sessão, que o Presidente da AM, aceitou alterar o início da sessão.*-----

-----*O Presidente da AM lamenta, qualquer problema de agenda de algum membro da AM e espera que a sessão de hoje, se centre nas questões de fundo e não nas questões de forma.*-----

4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):** Usando da palavra referiu que a opinião das pessoas na zona de Albergaria/Boieira/Cumeira é de que a Câmara Municipal não tem feito nada naquela zona, que está completamente esquecida, tendo no entanto a Câmara conhecimento dos problemas que por ali existem, nomeadamente relativamente ao Canto da Cumeira que no Inverno é fonte de inúmeros transtornos para os habitantes daquele lugar. Também a sala de refeições junto á Escola Primária, que tinha sido prometida, não foi terminada dentro do prazo que a Câmara tinha prometido. Quanto a passeios, disse ainda, não existirem. São situações que a população daquela zona lhe tem vindo a transmitir.-----

-----Fez ainda uma breve referencia ao Centro de Saúde do Juncal, dizendo que desde que foi posto á disposição da Câmara Municipal um espaço para o efeito ainda nada foi feito, nem se fala em fazer, continuando na mesma situação, ou seja, sem um mínimo de condições.-----

-----Quanto o PDM, disse ainda ser muitas vezes abordado com questões sobre o mesmo não tendo elementos para poder responder aos interessados, terminando por perguntar se os munícipes de Porto de Mós poderão sonhar com o dia em que o PDM revisto seja uma realidade.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):** Interveio dizendo ter sido questionada há muito pouco tempo, sobre a situação da energia eólica em Alvados, tendo-lhe sido dito que se estaria a retardar ou eventualmente a inviabilizar o Parque Eólico de Alvados em detrimento, de se poder construir um parque eólico em Mira de Aire, dado que, e por força da legislação em vigor, a construção de um impede a construção do outro atendendo ás distancias que os medeiam, dando a atender que se estariam a desviar verbas para contemplar a freguesia de Mira de Aire. Pediu portanto, um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara acerca desta questão.-----

-----Referiu-se ainda a uma casa que se situa junto ao corte para o Castelo e que se encontra em muito más condições, oferecendo perigo de derrocada, pedindo que o município tenha em consideração essa situação.-----

-----Salientou depois o estado de degradação em que se encontra o edificio onde funcionavam as oficinas do senhor David e que agora é propriedade do senhor Dr. Marques Amaro. Acrescentou ainda que não é tradição desta Câmara a execução de obras coercivamente, mas o que é inadmissível é que sendo os proprietários pessoas de recursos económicos, ter-se deixado chegar, às portas da vila aquele edificio àquele estado de degradação. Referiu ainda que esta seria uma boa altura para que a bancada do PSD e eventualmente do PS se pronunciarem sobre este assunto.-----

-----Referiu-se depois ao facto de agora que as sessões da Assembleia são gravadas, seria bom que se fizesse a distribuição da gravação em CD pelos membros da Assembleia.-----

-----Fez ainda menção à comemoração do Dia da Mobilidade sem Carros, que teve lugar no dia 22 de Setembro, dizendo que, e atendendo à dimensão que o concelho de Porto de Mós já tem, faria todo o sentido que se começasse a pensar na criação de uma rede de mini-autocarros que percorressem o concelho, permitindo assim, que se retirassem alguns carros do centro da vila.---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Fernando da Silva Matos Morais Sarmento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – P.S.):** Usando da palavra referiu que, quem conhece um pouco da história do Alqueidão da Serra sabe que o problema da falta de água persiste há largos anos, sem solução definitiva e de fundo à vista, que permita encarar com algum optimismo o futuro. Durante o Estado Novo, sobretudo devido à influência e acção do ministro Silva Pinto, o Governo de então, fez importantes investimentos neste sector que permitiram definir e concretizar o modelo de abastecimento de água ainda actualmente em vigor. Porém, passados estes anos todos, o sistema entrou claramente em ruptura, e já não permite de modo algum corresponder às necessidades e solicitações da população. E a questão continua a agravar-se progressivamente. A falta de água nas torneiras, sucede-se a um ritmo alucinante, apesar dos recentes investimentos da Câmara, nomeadamente com a construção do novo depósito e a remodelação das condutas em algumas ruas. Parece-nos que este é um trabalho que tem de continuar, no entanto parece-nos que é urgente a definição de um plano estratégico, consistente e exequível, para o abastecimento de água à freguesia. Sabemos que a Câmara tem pensado no assunto, mas até agora, não conhecemos claramente as intenções do executivo, por isso perguntamos ao senhor Presidente da Câmara, quais as orientações estratégicas definidas para a resolução global e definitiva para o problema do abastecimento de água à freguesia? -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):** Disse que neste período gostaria de saber do senhor Presidente da Câmara, no seguimento daquilo que foi propalado através da comunicação social dos protocolos e dos acordos celebrados entre as Câmaras e o Ministério da Educação e se a Câmara Municipal de Porto de Mós celebrou esse protocolo e se daí não advirão mais encargos para o município sem contrapartidas ou se estas são suficientes para que se possam assumir essas responsabilidades. -----

-----Referiu ainda a questão das eólicas, suscitada por Antonieta Mariano, dizendo compreender que as Juntas de Freguesias ambicionem ter no seu território um destes parques, porque isso significa receitas para essas autarquias, mas que pessoalmente, e do ponto de vista estético, não gosta da imagem que os aero-geradores deixam na serra.-----

-----**António José Meneses Teixeira (P.S.):** Usou da palavra para apresentar uma proposta à Assembleia Municipal, que passou a ler para seguidamente ser submetida à mesa, e que a seguir se transcreve:-----

PROPOSTA

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós*
-----*Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós*-----
-----*Exmos. Senhores Vereadores*-----
-----*Exmos Senhores Deputados*-----
-----*Minhas Senhoras e Meus senhores*-----

-----*Considerando que a equipa paralímpica nacional que nos representou em Pequim este ano, e que esteve ao mais alto nível, não só em termos de objectivos desportivos mas essencialmente no que representa o seu esforço tenaz como lição de vida e de cidadania que nos honra a todos enquanto portugueses, vem a bancada do Partido Socialista propor um voto de louvor publico, por parte desta Assembleia Municipal, a todos os atletas paralímpicos que participaram nos Jogos deste ano em Pequim extensível a toda a equipa técnica, e ao próprio Comité Nacional Paralímpico.*-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a um representante de cada bancada de forma a cada um deles poder manifestar-se acerca da proposta apresentada. Assim sendo, usou da palavra **Carlos Manuel Neto Venda**, pelo PSD e **Antonieta Mariano**, pelo CDS/PP, que concordando com ela, se lhe associaram. -----

-----Passando depois à votação da proposta apresentada pelo Partido Socialista e à qual se associaram o Partido Social-democrata e Partido Popular, bem como a Câmara Municipal, foi a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesma *aprovada por unanimidade*.-----

-----**António José Meneses Teixeira (P.S.)**, continuou a sua intervenção no âmbito deste período de antes da ordem do dia, referindo o cenário de crise internacional a nível financeiro, que nos atingirá também talvez de uma forma menos forte devido à nossa situação geo-estratégica, manifestando a sua preocupação sobre se esta crise financeira não se poderá transformar numa crise económica. Depois de tecer algumas considerações de natureza económica, referiu que a Câmara Municipal de Porto de Mós, continua a apostar e a fazer um esforço grande para conseguir o máximo de capitais de forma a poder fazer os investimentos estruturais para o concelho a médio e longo prazo.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD)**: Começou por chamar a atenção da Câmara sobre a atribuição de apoios não regulamentados, dizendo que da leitura das minutas que vão às reuniões de Câmara e independentemente dos valores atribuídos, se conclui que os princípios não são iguais para todos. -----

-----Referiu-se depois aos investimentos que a Câmara irá fazer, nomeadamente no âmbito do QREN, congratulando-se com os mesmos. Chamou no entanto a atenção, dizendo que é aí que se revela a sua discordância, para todo o dinheiro que se vai gastando em obras menores, pelo que em termos estratégicos se irão ter futuramente algumas dificuldades. Disse ainda ter dúvidas de que haja algum inventário que identifique o que existe em termos de saneamento ou de rede de águas, mas que aquilo que não existe mesmo, é a identificação de que caminho se pretende percorrer nessas áreas durante os próximos dez ou doze anos, pelo que há a necessidade de definir esses objectivos.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, não sem antes agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a disponibilidade que demonstrou para a antecipação da data desta sessão atendendo aos eventos que amanhã terão lugar na Praça Arménio Marques e à sua inauguração, e para os quais convidou todos os presentes. -----

-----Respondendo a **Luís Almeida** referiu que ter de decidir em função de duzentos e cinquenta quilómetros quadrados é o problema do Presidente da Câmara. -----

-----Referiu ainda que quando Luís Almeida disse que nada se fez, este deveria andar desatento, porque no Juncal, está a ser feito um investimento que ultrapassa os quinhentos mil contos, convidando-o a voltar dez anos atrás, para lhe dizer qual o investimento que o Juncal teve a este nível. -----

-----Relativamente ao Canto da Cumeira, disse ser necessário, antes de alcatroar estradas, verificar qual o estado do saneamento, para ver se é necessária uma intervenção a esse nível. -----

-----Quanto á sala de refeições da Cumeira, disse que as obras eram para ter começado em Fevereiro último, estando o projecto concluído e tudo pronto para arrancar. Acontece, que de acordo com o programa que existe neste momento a nível do Ministério da Educação, é exigido para a Cumeira, aquilo a que se chama um Pólo Escolar, e que tem que ter uma biblioteca, uma sala de actividades, sanitários em conformidade, sala de reuniões para professores, etc...Tendo isto sido exigido em Fevereiro, não fazia sentido dar início à construção da dita sala de refeições, até porque esta não iria ter qualquer apoio por parte do Ministério. Assim sendo, refez-se o projecto, passando-se de um projecto de cerca de cem mil euros, para um projecto de duzentos e dezoito mil euros. Neste momento a obra já está em fase de adjudicação mas todo o processo burocrático representa uma demora de sete ou oito meses, razão pela qual a mesma ainda não se iniciou.-----

-----Quanto aos passeios da Estrada Nacional N.º 8, também estes são uma sua preocupação, tendo já havido reuniões com as Estradas de Portugal para análise desta questão, referindo que está neste momento em estudo a requalificação de toda a E.N.8, perspectivando-se que seja um investimento das Estradas de Portugal, pelo que é extemporâneo que a Câmara Municipal esteja a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gastar dinheiro naqueles passeios.-----

-----Quanto ao Centro de Saúde, referiu que neste momento o problema está resolvido em colaboração com a Junta de Freguesia, no sentido de adaptar aquele espaço a Centro de Saúde, tendo sido feito o levantamento do edifício, estando o mesmo em Coimbra e Leiria, estando-se a aguardar a elaboração do projecto para depois se darem início às obras. -----

-----Quanto ao PDM, o prazo de apresentação de sugestões já passou, estando nesta altura numa fase já bastante adiantada. Adiantou ainda que haverá lugar a nova fase de reclamações e/ou sugestões, quando se estiver na fase de inquérito público. Disse ainda que, não será por o próximo ano ser de eleições, e se os *timings* assim o ditarem, que o PDM não será sujeito a inquérito público. -----

-----A **Antonieta Mariano**, disse ter colocado uma questão pertinente, dando-lhe assim oportunidade de esclarecer o que diz respeito à energia eólica para o concelho. Assim, referiu que não é a Câmara Municipal que define a instalação de Parques Eólicos no concelho, porque foram atribuídos dois pacotes de energias eólicas aos quais se candidataram várias empresas, tendo sido atribuído a uma das empresas um pacote de cerca de quatrocentos mega watts – Consorcio Galp – sendo estas empresas que distribuem esse pacote como melhor entendem, dependendo de vários factores nomeadamente o vento e a sua regularidade, as questões ambientais e ainda os pontos de ligação, não bastando produzir energia eólica, é também necessário ligá-la a qualquer lado. Para além deste pacote já atribuído, existe ainda um outro de cerca de 20 mega watts, que irá ser atribuído a Porto de Mós ou Batalha ou Leiria, irá ser atribuído a um destes três concelhos. Depois de se atribuir o pacote a um destes três concelhos, só depois se define a sua localização. Ainda relativamente ao primeiro pacote de 400 mega watts, está previsto para Porto de Mós, a instalação de um grande parque eólico, que poderá abranger as freguesias de Serro Ventoso, Mendiga e S. Bento. -----

-----Referiu-se depois à questão das distâncias entre os parques eólicos, dizendo não ser verdade que a instalação de um em Mira de Aire inviabilizaria a localização de outro em Alvados, argumentando com aquilo que se passa relativamente ao parque instalado na freguesia de Alqueidão da Serra e o outro que está instalado a pouca distância no concelho da Batalha.-----

-----Quanto ao mau estado dos imóveis que esta interveniente referiu disse que são situações que estão a ser acompanhadas de muito perto, com vista à resolução dos problemas, sendo a primeira situação susceptível de intervenção por parte da Câmara Municipal por ameaçar ruína, mas a segunda, se for alvo de vistoria por parte das entidades competentes, e apesar do mau aspecto que efectivamente têm, não ameaça ruína, pelo que a Câmara não poderá intervir dessa forma, restando apelar aos proprietários para a resolução do problema.-----

-----Relativamente ao dia da mobilidade sem carros e criação de rede de mini-autocarros, disse que na prática, no concelho de Porto de Mós, não funciona, acrescentando que se está com dificuldade em segurar os poucos transportes públicos que ainda existem.-----

-----Quanto a **Fernando Sarmento** e ao problema de abastecimento de água a Alqueidão da Serra, disse ser esta uma questão extremamente complicada e que já foi devidamente identificada, passando a enumerar os problemas: rupturas na rede de abastecimento, problemas da capacidade de armazenamento (que está resolvida) e a dependência das Águas do Lena da Batalha. Disse ainda que tinha uma má notícia para dar ao senhor Presidente da Junta e que é o corte no abastecimento ao Alqueidão da Serra, na próxima semana, em virtude de a Empresa Águas do Lena ir proceder à remodelação da conduta. Disse ainda que o projecto para abastecimento da freguesia de Alqueidão da Serra através do sistema de Mira de Aire está praticamente concluído, sendo uma das obras que pretende candidatar no âmbito do programa QREN.-----

-----Relativamente aos protocolos mencionados por **António Pires** disse pensar que este se estava a referir à Educação e que na última reunião de Câmara foi deliberado assinar o protocolo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o Ministério. Disse ainda que isso não foi feito anteriormente porque ele, não obstante ter tido várias reuniões com o senhor Secretário de Estado e a Directora Regional, não concordou de início com o que estava em cima da mesa, por que isso significaria assinar um cheque em branco. Disse ainda que tendo-se deslocado à Escola Dr. Manuel Oliveira Perpétua, verificou tratar-se de uma escola que necessita de uma grande intervenção a vários níveis. Se o protocolo fosse assinado naquelas condições, seria a sua reparação responsabilidade da Câmara o que significaria um grande investimento. Assim acordou-se que o protocolo seria assinado mediante obras na Escola por parte do Ministério da Educação, passando o pessoal não docente a partir de Janeiro de 2009, a ser responsabilidade da Câmara Municipal. A mesma situação acontece com a Escola de Mira de Aire, que também não vai ser recebida, porque necessita de obras.-----

-----No que respeita à proposta apresentada por **António José Meneses Teixeira**, disse que a Câmara Municipal se associa integralmente à mesma. -----

-----A **Carlos Venda**, respondeu que este não tem razão para dizer o que disse, porque todos os apoios que a Câmara Municipal tem atribuído, estão previstos em Regulamento, podendo haver uma excepção ou outra, mas afirmando que tem de haver bom senso nessa atribuição. Referiu depois algumas situações em que extraordinariamente foram atribuídos alguns subsídios atendendo às circunstâncias, nomeadamente a atribuição de um subsídio que não estava previsto de trinta mil euros à Comissão Fabriqueira de S. Bento, ou o apoio extraordinário ao Solar do Povo do Juncal para aquisição de viatura, ou o apoio atribuído ao Grupo Coral de Alqueidão da Serra para a sua deslocação a Espanha acentuando que não existe discriminação de ninguém. -----

-----Referiu ainda que **Carlos Venda** fala muitas vezes em plano de acção, dizendo que existe para o concelho de Porto de Mós um plano que vem já do anterior executivo e que foi concebido para a AMLEI, mas como o QREN está limitado às chamadas NUT's III, teve que ser criada a Associação do Pinhal Litoral, para cumprir as regras do QREN, e o plano de acção que estava inicialmente feito para os municípios da AMLEI teve que ser reconvertido e adaptado aos municípios que compõem esta última associação. Esse plano foi elaborado por uma empresa de âmbito nacional que delineou os pontos considerados a mola do desenvolvimento dos cinco municípios, tendo sido devidamente monitorizado pelos municípios envolvidos. Para que os municípios possam candidatar-se aos fundos proporcionados pelo QREN é condição que isto esteja definido em termos de plano de acção. Aproveitou ainda o ensejo para dizer que a obra prioritária para o executivo, para além do saneamento que é obrigatória, é sem dúvida a zona industrial. -----

5. PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

5.1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que disse que quem iria expor este ponto da ordem de trabalhos seria o senhor Vice-Presidente, que usando da palavra começou por fazer menção à proposta que esteve presente para apreciação tendo sido aprovada em reunião de Câmara de 04.09.2008 e que foi oportunamente distribuído a todos os membros da Assembleia e que a seguir se transcreve:-----

PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS-----

-----Nos termos do nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), a Câmara Municipal tem que comunicar até 30 de Novembro, à Direcção – Geral dos Impostos, a deliberação da Assembleia Municipal sobre a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar para o ano 2009. Também nos termos do referido Código procedemos a uma análise detalhada sobre as taxas do IMI em vigor no Município, bem como a situação financeira da Câmara Municipal, visando o equilíbrio e consolidação das contas e o desenvolvimento sustentado do Concelho. Assim e tendo em atenção os seguintes fundamentos:-----

-----a) – A Câmara Municipal está a encetar um grande esforço financeiro na área das infra-estruturas em água e em saneamento, nomeadamente, investimentos indispensáveis e obrigatórios com vista a alcançar metas que dignifiquem o Concelho nestes domínios.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----b) – O impacto positivo para as finanças do nosso Município, originado pela entrada em vigor das regras do Código do IML, não se revelou tão elevado como se esperava, não atingido ainda os objectivos previstos e anunciados aquando da reforma fiscal em 2003.-----

-----c) – Tendo em atenção o esforço financeiro da Câmara Municipal em manter em vigor a taxa mínima de 0,2% para prédios urbanos avaliados nos termos do Imposto Municipal sobre Imóveis, proponho a redução da taxa máxima para os prédios urbanos não avaliados, prevista na alínea b) do nº1 do artigo 112º do CIMI, para 0,7%.-----

-----Assim analisado o assunto em questão, os Vereadores do Partido Socialista manifestaram a sua posição favorável, pelo que proponho que a Câmara Municipal, em conformidade com o nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, **proponha à Assembleia Municipal:**-----

-----1 - Que aprove a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados;-----

-----2- Que aprove a taxa de 0,2% para prédios urbanos já avaliados nos termos do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

-----Porto de Mós, 29 de Agosto do ano 2008.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, (João Salgueiro)-----

-----Sublinhou depois que a taxa de 0,2%, que incide sobre os prédios urbanos novos e velhos que foram objecto de alguma intervenção e que por via disso foram objecto de actualização por parte da administração fiscal, ou seja para os prédios usados, se mantém igual à do ano passado, pese embora o facto de nos concelhos do nosso distrito a taxa correspondente ser bem mais elevada.-----

-----Em relação aos prédios urbanos não avaliados, existe uma redução para 0,7%, que decorre de uma proposta de lei provada em Conselho de Ministros em 10 de Julho.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.):** Intveio para dizer que não vê qualquer motivo para não se aprovar a proposta apresentada, dado que são os valores mínimos que estão em questão. Referiu-se depois à celeuma que foi originada o ano passado com a subida de 0,2% para 0,25%, dizendo achar que o executivo deveria ter proposto uma alteração mais elevada para o ponto dois da proposta apresentada.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que sobre este assunto, começaria pela proposta, chamando a atenção do senhor Presidente da Câmara de que deveria ter alterado o texto em relação à proposta do ano passado, porque à primeira vista parece que a proposta é para subir e depois acaba por ser uma descida da taxa. Em relação às taxas, disse discordar das que foram propostas manifestando o seu desagrado, pela descida pela 0,7%, depois de ver as declarações do senhor Vice-Presidente na imprensa de que essa descida tinha a ver com a conjuntura que o país está a atravessar. Acrescentou depois, que se tal descida emana da lei então tudo bem.-----

-----Fez ainda reparo ao facto de a proposta apresentada pela Câmara não contemplar os prédios devolutos.-----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Disse que, por que lhe parece que as taxas apresentadas estão perfeitamente enquadradas atendendo ao momento de crise, é razão suficiente para votar a favor.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Relativamente à proposta da Câmara, disse que por um lado, a bancada do PSD se devia congratular porque o executivo e a bancada do PS acabaram por chegar à conclusão, passado um ano, de que a taxa que foi proposta pela bancada do PSD no ano de 2007 e que foi defendida para o concelho, nomeadamente para os prédios avaliados, acabava por ser a que mais se ajustava ao concelho, razão porque hoje se está aqui a apreciar uma proposta apresentada pelo PS, com os números que o PSD defendeu o ano passado. Questionou o executivo sobre os motivos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o levaram a propor uma taxa abaixo daquela que ainda há uns meses, achava que devia de ser.

-----Conclui referindo-se ainda às majorações, que para existirem devem ser deliberadas em Assembleia Municipal, pelo que no próximo ano, não haverá majorações no concelho de Porto de Mós.

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Interveio dizendo que queria dar o seu contributo para que todos percebessem o aumento do imposto num ano e a diminuição no seguinte, fazendo uma breve análise em termos de cobrança de IMI nos últimos anos, tendo os concelhos do distrito de Leiria como referencia.

-----O senhor **Vice-presidente** passou a responder aos anteriores intervenientes começando por dizer a **Vítor Louro Cordeiro** que concordava com ele, dizendo que se assim não fosse, não seria coerente com aquilo que defendeu aqui há um ano atrás. Considera que é justificadíssimo um ajustamento para cima, da taxa apresentada de 0,2% atendendo às taxas que estão a ser aplicadas nos outros concelhos do distrito de Leiria e que variam entre 0,5% e 0,4%. Esclareceu as razões pelas quais o executivo optou pelas taxas propostas, dizendo ser extremamente difícil gerir financeiramente o município no meio de contendas partidárias. Terminou dizendo que existe hoje uma realidade económica diferente da que existia há um ano atrás.

-----A **António Pires** respondeu que a diminuição que foi proposta não emana da lei, mas sim que está prevista em proposta de lei que ainda irá à Assembleia da Republica para ser aprovada.

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação do ponto em discussão – **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**5.2. Fixação da Taxa da Derrama:**-----

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara, usando da palavra, disse que nesta matéria, e depois da proposta que foi antecipadamente distribuída por todos os membros desta Assembleia, e que a seguir se transcreve, pouco mais há a dizer, colocando-se à disposição de todos os presentes para qualquer esclarecimento que hajam por bem, pedir.

-----**PROPOSTA DE DERRAMA**-----

-----"A Lei n.º 2/2007, Artigo 14º, de 15 de Janeiro, (Lei das Finanças Locais) estabelece novas regras, segundo as quais os Municípios podem deliberar a criação da Derrama Municipal.

-----1. Considerando que este Executivo Municipal está a realizar e a planear investimentos avultados na área das infra-estruturas industriais, acessibilidades, reforço da rede de água e ampliação do saneamento básico;

-----2. Considerando que esses investimentos se referem à criação de condições básicas necessárias ao desenvolvimento do concelho;

-----3. Considerando que tais investimentos se destinam a promover o progresso e o desenvolvimento do Município nas áreas da educação, cultura, higiene e limpeza, saúde, meio ambiente, rede viária (estradas, caminhos, arruamentos), saneamento, etc., que a Autarquia tem de levar à prática de forma a dar satisfação aos anseios e necessidades das populações;

-----4. Considerando que a taxa da Derrama incide apenas sobre os lucros das pessoas colectivas que não se encontrem em situação de isenção de IRC;

-----5. Considerando que a receita da Câmara Municipal relativa a impostos directos revela uma acentuada tendência para a descida;

-----**Proponho:**-----

-----a) Que seja deliberado na Reunião de Câmara de 04.09.2008, propor à Assembleia Municipal manter a taxa da Derrama Municipal criada em 2007, com referência ao exercício de 2008, a cobrar em 2009;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----b) Que o valor da taxa da Derrama seja de 1,4% a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), gerado na área geográfica do Município por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;-----

-----c) Que tal deliberação seja proposta à próxima Assembleia Municipal a realizar no próximo mês de Setembro.”-----

-----Porto de Mós, 29 de Agosto do ano 2008.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal (João Salgueiro)-----

-----Congratulou-se ainda pelo facto de a derrama ter sido aprovada no ano passado, porque senão estar-se-ia com trezentos e quarenta mil euros de receita de impostos a menos.-----

-----Disse ainda ser adepto da existência da derrama, porque se reveste também de um factor de justiça, uma vez que muitas empresas que não têm cá a sede e desenvolvendo cá a sua actividade total ou parcialmente, danificando estradas, ambiente e outros, e se não fosse este mecanismo da derrama, não contribuiriam com nada para este município.-----

-----**Lúis Manuel Coelho de Almeida (PSD):** Usando da palavra, disse, relativamente a esta taxa, que não existe da parte da Câmara Municipal nenhuma inovação, exemplificando com aquilo que se faz em concelhos vizinhos, isentando do pagamento de derrama as microempresas, não tanto pelo valor pecuniário que isso representa, mas com aquilo que esses empresários sentiriam a nível de apoio das suas actividades, podendo funcionar como incentivo ao desenvolvimento das mesmas. Mencionou ainda outra estratégia usada nos concelhos vizinhos, dizendo que as empresas que se instalam no concelho usufruem também de isenção do pagamento de derrama nos primeiros anos. Referiu que a Câmara continua sem fazer nada no sentido da sua actualização com vista ao acompanhamento da realidade que acontece nos outros municípios. Acrescentou ainda que o executivo não olha á conjuntura actual nem à situação de dificuldade que as empresas estão a atravessar, continuando sem olhar para a derrama como um imposto ou uma taxa que poderia constituir um veiculo para atrair mais investimentos, como o fazem os concelhos vizinhos.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):** Usando da palavra disse que lhe parece que a taxa da derrama de 1,4, com uma base de incidência diferente desde o ano passado com a alteração que efectivamente existiu, equivale a 5,6 no anterior modelo, pelo que seria uma taxa média, acrescentando que em termos de filosofia o assunto é inesgotável, mas o que é facto, e que o que está em causa é decidir se a taxa de 1.4 deve ser ou não aprovada, dizendo achar que a mesma está ajustada, pelo que a votará favoravelmente.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Interveio dizendo que espera que no próximo ano, como aconteceu já este ano, em que a estratégia no IMI ganhou ao realismo, a estratégia não vença outra vez.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Começou por dizer que a realidade é o que é, e não as leituras variadas que dela se poderão fazer. Comentou depois o facto de se pedirem obras para os diversos lugares do concelho, referindo-se concretamente a Luís Almeida, tentando depois obstaculizar a obtenção de receitas por parte da Câmara Municipal. Tratando-se a derrama de uma taxa com valores medianos, disse não poder deixar de a votar favoravelmente.-----

-----O senhor **Vice-Presidente** passou a responder aos anteriores intervenientes, perguntando a Luís Almeida relativamente à estratégia por este preconizada, quantas foram as empresas que se fixaram no concelho nos anos em que não houve lugar à fixação de derrama, por via desse facto. No que se refere às micro-empresas, ou seja, àquelas cujo volume de negócios esteja abaixo de cento e cinquenta mil euros/ano, a própria lei prevê que possa ser fixada uma taxa menor, se assim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

for proposto à Assembleia Municipal, acrescentando que não lhe parece que a isenção esteja aí contemplada, pelo que não lhe parece que esse seja um factor de atracção e fixação num concelho. Referiu ainda que ainda bem que neste momento já se arrecadaram duzentos e cinquenta e um mil euros, provenientes da taxa da derrama, sendo um sinal de que o tecido empresarial do concelho está a gerar lucro. -----

-----A **António Pires** respondeu não ter percebido o que ele quis dizer, dizendo esperar que no ano que vem se esteja aqui novamente a fixar a taxa de derrama, e que ela não seja inferior a esta taxa o que significa que o nosso tecido empresarial continua bem vivo, precisando a Câmara de receita para continuar a fazer os investimentos que estão em curso e outros projectados. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs á votação do ponto em discussão – **Fixação das Taxas da Derrama** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 6 (seis) abstenções**.-----

-----**3. Repavimentação da Estrada do Tojal – Prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo nº 9015/001802/0019;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não se trata de um novo empréstimo, tratando-se da renovação de um empréstimo contraído no anterior mandato para alcatroar a estrada do Tojal. Essa obra foi suspensa, por se considerar que se deviam fazer passeios e substituir a conduta de água que estava constantemente com rupturas. Nesta altura essas obras estão concluídas e isso implicou um atraso na obra o que significa que o empréstimo que foi contraído exclusivamente para aquela obra e que tinha um prazo para ser utilizado e não o foi, é necessário proceder à sua renovação, para efeitos de visto do Tribunal de Contas. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):** Disse concordar com a suspensão da obra em causa, porque devem acautelar-se as infra-estruturas antes da colocação do alcatrão. Referiu-se também ao estado calamitoso em que se encontra a VDG1, apelando a uma intervenção na mesma. Terminou dizendo que irá votar favoravelmente a renovação deste empréstimo pois os recursos devem ser rentabilizados o melhor possível. -----

-----**João Pedro Pinheiro (PSD):** Começou por dizer que concorda com senhor Presidente da Câmara quando ele diz que o Tojal merecia mais. Referiu-se depois ao facto de os passeios no Tojal terem sido começados e terem avançado apenas até determinado sítio, dizendo que ali existem habitantes de primeira e habitantes de segunda e dizendo não perceber, porque é que devido a um marco que divide duas Juntas de Freguesia os habitantes não têm mais quinhentos metros de passeio. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Antonieta Mariano referindo-se à VDG1 e esclarecendo que só agora se pode intervir naquela estrada, dado que só agora a Câmara tomou posse administrativa dela, fruto da falência do empreiteiro, na fase final da obra estando em curso um projecto para a requalificação daquela estrada.-----

-----Referiu ainda que o empréstimo que foi feito foi de € 250 000.00 (duzentos e cinquenta mil euros) tendo sido utilizados cerca de € 140 000.00 (cento e quarenta mil euros). -----

-----A **João Pinheiro** disse que os passeios no Tojal, estão a ser executados em colaboração com as Juntas de Freguesia. Acrescentou que à entrada da localidade não estavam previstos passeios tendo sido a Junta de Freguesia de S. Pedro que negociou os terrenos necessários com os habitantes e proprietários. -----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia, pôs à votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Repavimentação da Estrada do Tojal – Prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo nº 9015/001802/0019-** tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----5.4. - *Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, relativo ao ano de 2007:*-----

-----Foi dada a palavra ao senhor Vereador Rui Neves, responsável pelo Pelouro, passando a referir que a obrigatoriedade desta informação deriva da própria lei e fazendo o ponto da situação.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** Relativamente aos números apresentados, disse dirigindo-se ao senhor Vice-Presidente que na aplicação de taxas, também tem que se olhar a estas situações de pessoas mais desfavorecidas e não apenas àqueles que as podem pagar sem problemas.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** interveio respondendo a António Pires dizendo que, relacionar taxas de IMI com estas situações é pura demagogia.-----

-----5. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:*-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a informar a Assembleia da actividade da Câmara Municipal desde a ultima sessão, enumerando as diversas obras que constam do documento previamente enviado aos membros da mesma, salientando a conclusão da Praça Arménio Marques, e a rotunda de S. Jorge.-----

-----**José da Silva Santo (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):** Usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara, qual o ponto da situação relativamente ao muro da SILMAR, porque dada a proximidade do Inverno, a conduta de água pode estar em perigo.-----

-----Perguntou ainda o que é que está previsto para a Tremoceira, em termos de gestão de transito.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):** interveio perguntando ao senhor Presidente da Câmara, para quando a inauguração do Espaço Jovem. Disse ainda ter verificado com agrado que muita coisa vai para o Juncal, dizendo a Luís Almeida que afinal o Juncal não está assim tão abandonado.-----

-----Congratulou-se ainda com as intervenções previstas mas especialmente com a que será feita na estrada da Portela/Vale de Espinho, que tantas vezes aqui referiu. Trata-se de um percurso lindíssimo que já há muito merecia uma intervenção de fundo. Enalteceu ainda as actividades que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Pelouro da Cultura.-----

-----No que toca à Rotunda de S. Jorge, concordou com o senhor Presidente da Câmara, dizendo-lhe que ele tem de estar orgulhoso por aquela obra, pois é uma das rotundas mais bonitas que conhece, sendo uma das entradas para Porto de Mós, que mais dignificada ficou.-----

-----**António Pedro Marques da Costa (PS),** referiu a questão da pintura da estrada que desce Alvados, pois aproximando-se o Inverno torna-se ainda mais perigosa. Enalteceu ainda os trabalhos executados na Escola Nº 1 de Mira de Aire, tanto ao nível das instalações sanitárias como da cozinha e os novos quadros nas salas de aula. Perguntou ainda sobre as demolições feitas em Mira de Aire se está prevista alguma coisa para esses sítios onde foram feitas as demolições. Enalteceu as obras de saneamento realizadas na Ribeira de Cima, disse ser raro encontrar-se uma obra executada daquela forma, que quase não incomoda quem por ali passa. Referiu ainda que a Câmara, nas obras que faz devia afixar um painel com o projecto final, de forma que as pessoas pudessem ver como tudo iria ficar.-----

-----Agradeceu ainda, como membro da Associação de Pais das Escolas de Mira de Aire e Alvados, toda a colaboração que lhes tem sido prestada pela Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD):** Congratulou-se, enquanto Presidente da Junta de Freguesia com as obras que têm vindo a ser desenvolvidas na Vila do Juncal.-----

-----Referiu-se ainda à Rotunda de S. Jorge, apelando para o senhor Presidente da Câmara, para que tivesse também em conta uma outra rotunda que também serve de porta de entrada no concelho e que fica no Juncal, uma vez que a Junta de Freguesia não tem condições financeiras para esse empreendimento. -----

-----**Manuel Paulo Mena (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):** Usando da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara como é que está a situação de Penedos Belos.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD):** Fez também ao espaço das casas que foram demolidas em Mira de Aire e ao facto de tardar a sua requalificação. Manifestou depois a sua preocupação por ter visto que o saneamento de Mira de Aire ficou adiado mais uma vez. Disse ainda, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que quando este ganhou as eleições foi a Fátima a pé. Pois ele prometeu, que irá a Fátima a pé, de marcha-atrás, quando vir o saneamento de Mira de Aire. Referiu-se depois aos campos de ténis em Mira de Aire, perguntando para quando a sua execução. Questionou ainda a Câmara sobre a sua passagem para a Região de Turismo do Oeste.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):** Referindo-se aos passeios do Tojal perguntou até onde é que irão ser feitos e quando. Disse ainda que não tem condições para andar todos os dias na Câmara a mendigar seja o que for. -----

-----Disse ainda que todos os muros que estão lá executados, até ao limite do concelho, foram feitos e pagos, pela Junta de Freguesia de S. João Baptista, dentro da sua área geográfica. -----

-----Perguntou depois qual a data previsível, para a conclusão dos trabalhos da Praça da Republica. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** Referiu-se à intervenção de **Antonieta Mariano** e ao facto de ela ter dito que o PSD não tinha falado acerca dos armazéns do senhor José David, dizendo que não sabia porque é que teria que o fazer.-----

-----No que se refere à rotunda de S. Jorge elogiou o trabalho realizado, acrescentando que há já cinquenta anos a JAE teria um ónus sobre aquele terreno onde hoje se situa a Cabopol, com vista a um eventual alargamento da estrada. -----

-----Respondendo aos anteriores intervenientes, o senhor **Presidente da Câmara** referiu-se ao muro da Silmar dizendo que continua o diferendo com a empresa. Estão em causa duzentos mil euros no mínimo para resolver aquela situação. Já lá foi colocada uma vedação, que foi vandalizada e se não se chegar a consenso provavelmente será um problema que será dirimido em tribunal.-----

-----Referiu-se depois à gestão de tráfego na Tremoceira, dizendo que isso deverá passar pelo semaforização do local. -----

-----A **Antonieta Mariano** respondeu que não podia ainda dizer para quando a inauguração do Espaço Jovem, acrescentando que as obras estavam a decorrer a bom ritmo. -----

-----Quanto a **Luís Almeida** disse que este deve andar distraído, fazendo alusão às palavras proferidas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal: “há vários anos que pedíamos, não tínhamos e agora temos”. -----

-----Referiu depois a necessidade de realizar uma Assembleia Municipal extraordinária, à qual, entre outras coisas, virá o pedido de empréstimo destinado a financiar a parte que caberá à Câmara, referente às candidaturas que estão previstas serem feitas ao QREN.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto a **Carlos Alberto Gomes Jorge**, disse que o saneamento de Mira de Aire não foi adiado, simplesmente achou por bem anular o concurso atendendo aos preços que entendeu estarem muito elevados, estando neste momento a realizar-se outro concurso, sendo questão resolvida dentro de pouco tempo. -----

-----Quanto aos campos de ténis de Mira de Aire, disse que o processo está atrasado, mas sendo previsível que se iniciem durante este ano. Quanto á Região de Turismo do Oeste, disse estar fora de questão a integração de Porto de Mós na mesma, acrescentando que se algum Presidente de Câmara teve influencia para que a Região de Turismo Leiria/Fátima não desaparecesse foi ele próprio, pelo que seria um contra-senso ir agora integrar a Região de Turismo do Oeste e deixar a zona da qual naturalmente, por razões geográficas e não só, fazemos parte.-----

-----A **Gabriel Vala** respondeu que não se trata de mendigar, mas sim de colaborar, passando a explicar o que está previsto em termos de passeios no Tojal.-----

-----Fez ainda menção aos trabalhos da Praça da Republica passando depois o vereador Jorge Cardoso a explicitar o concurso que irá ocorrer para a execução dos brasões das freguesias em calçada, naquela Praça. -----

-----Respondendo depois a **António Pires**, disse que tinha conhecimento do que este referiu acerca da estrada nacional na zona de S. Jorge, manifestando preocupação com o arranjo da rotunda da estrada velha de S. Jorge. -----

-----Quanto a **António Pedro Marques da Costa**, respondeu que a estrada de Alvados/S. Bento vai levar um eixo, mas que atendendo aos preços que foram apresentados, foram feitas novas consultas. -----

-----A **João Manuel Coelho** respondeu que a obra da rotunda no Juncal terá que ser uma parceria, pois a Câmara não a assumirá sozinha. Quanto à escola da Cumeira disse que a obra teria início dentro de pouco tempo. -----

-----A **Manuel Paulo Mena** disse que o abastecimento de água a Penedos Belos, está para breve, devendo o concurso ser lançado a curto prazo.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção por parte do público presente na sala, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou á aprovação das **MINUTAS DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO**:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações referentes aos pontos seguintes da ordem de trabalhos, **1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis; 2. Fixação da Taxa da Derrama; 3. Repavimentação da Estrada do Tojal – Prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo nº 9015/001802/0019** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada ás 00.30 horas do dia 26 de Setembro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada. -----